

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

Protocolo nº: 201503148089

Acusados (as): Paulo Henrique de Moura Fernandes e Yahne de Sousa Santos

Vítimas: nascituro e Luisa Alves dos Reis

Vistos etc,

Tratam os presentes autos de Ação Penal que o Ministério Público promove em face de **PAULO HENRIQUE DE MOURA FERNANDES**, como incurso nas sanções do artigo 129, § 9º, e 125, ambos do Código Penal, e **YAHNE DE SOUSA SANTOS**, tendo-a como incurso, nas condutas típicas dos artigos 129, § 9º, 125 e 147, todos do Código Penal.

Relata a denúncia que: “[...] No dia 14 de agosto de 2015, por volta das 22 h, na Rua Santa Helena, Qd. 22, Lt. 24, Casa 03, Bairro Nossa Senhora de Fátima, nesta Capital, os denunciados PAULO HENRIQUE DE MOURA FERNANDES e YAHNE SOUSA SANTOS, de forma livre e consciente, prevalecendo-se de relação íntima de afeto, ofenderam a integridade física de LUÍSA ALVES DOS REIS, provocando-lhe lesões corporais, conforme Relatório Médico de fls. 06 e YHANE SOUSA SANTOS ainda ameaçou de causar mal injusto e grave à LUÍSA ALVES DOS REIS.

Segundo apurado, a vítima e denunciado mantiveram relacionamento de união estável por cerca de seis anos e possuem um filho em comum. Há histórico de agressões físicas, verbais e ameaças de morte do denunciado em desfavor da vítima, contudo sem registro.

Consta, que mesmo separados o casal continuou mantendo relações sexuais esporádicas. A época dos fatos a vítima estava gestante de um filho do denunciado.

Infere-se nos autos, que o denunciado ficou insatisfeito com a gravidez da companheira e sugeriu que esta fizesse aborto, entretanto ela se recusou.

Paulo Henrique mantinha um relacionamento amoroso com Yhane Souza Santos e devido a isso, vítima e companheira do denunciado se desentendiam com frequência.

No dia dos fatos, o denunciado ficou de buscar o filho na casa da babá, mas não buscou. Luísa pegou a criança e levou para sua casa.

No mesmo dia, por volta das 22 h, Paulo e Yahne foram até a casa de Luísa dizendo: “cala a boca, vadia!” e em seguida se utilizando de um capacete desferiu golpes na cabeça de Luísa provocando-lhe lesões corporais, conforme Relatório Médico de fls. 06. Luísa, com esta agressão, perdeu os sentidos e desmaiou. Ao recobrar os sentidos, continuou sendo agredida por Yahne que lhe desferiu vários chutes na barriga, enquanto Paulo lhe segurava impedindo a sua defesa.

O denunciado, queria levar o filho embora, entretanto, Luísa não concordou, ocasião em que ele desferiu-lhe vários socos na cabeça provocando-lhe lesões corporais, conforme Relatório Médico de fls. 06.

Em seguida, antes de se retirarem, Yhane a ameaçou, dizendo: “você mexeu com a mulher errada, você é uma mulher morta, vadia”!

A vítima, temerosa foi até a Delegacia registrou os fatos e representou criminalmente em desfavor de Yhane Souza Santos e se submeteu a Exame de Corpo de Delito. [...]”

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

Às fls. 310/311, o Ministério Público ofereceu aditamento à denúncia por ter identificado fatos novos, conforme relatado a seguir, requerendo fosse alterada a capitulação dos crimes, configurando a tipificação ora imputada aos denunciados:

“os acusados Paulo Henrique de Moura Fernandes e Yahne de Sousa Santos foram denunciados perante o 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no dia 22 (vinte e dois) de março de 2016 por crime de lesão corporal e ameaça, este último imputado somente à acusada Yahne de Sousa.

Durante a instrução criminal, diante dos fortes indícios de ocorrência também de crime de aborto, foi determinada a extração de cópia dos autos, que foi encaminhada à 3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida.

O juízo da 3ª Vara dos Crimes Dolosos, por sua vez, suscitou conflito positivo de competência, nos termos do artigo 116 do Código de Processo Penal, julgando-se competente para analisar também o crime de lesão corporal, vez que conexo ao crime de aborto.

Nos termos do voto de fls. 157/159-v (Acórdão às fls. 160-160-v), o Tribunal de Justiça conheceu do conflito, e o julgou procedente, estabelecendo a competência do Juízo da 3ª Vara dos Crimes Dolosos Contra a Vida para a apreciação do feito.

Isto posto, o Ministério Público requer seja aditada a denúncia para que seja incluído também o crime de aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante, cuja materialidade vem demonstrada por meio do exame de ultrassom acostado às fls. 08, que diagnosticou a morte do feto. Vale sublinhar que o referido exame foi realizado no dia posterior às agressões físicas, mediante socos, pontapés e golpes de capacete, sofridas pela vítima.”

A denúncia foi recebida em 03 de maio de 2016 (fl. 56), e aditada às fls. 310/311.

Os acusados foram citados às fls. 62 e 63, e apresentaram Resposta à acusação às fls. 64/70.

Em audiência de instrução e julgamento realizada no dia 26/09/2017 (termo de fls. 104/105 e CD-ROM de fl. 110), foram ouvidas a vítima e 04 (quatro) testemunhas arroladas em comum pelas partes. Após, procedeu-se o interrogatório do acusado. Ao final, foi determinada a extração de cópias dos autos, bem como da mídia gravada em audiência e seu consequente encaminhamento a uma das Varas de Crimes Dolosos contra a Vida, a fim de apurar a prática do crime de aborto.

Às fls. 125/126 dos autos nº 201702378513, este juízo suscitou conflito

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

positivo de competência, o qual foi julgado procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, declarando competente para julgar o presente feito, o juízo suscitante (acórdão de fls. 146/147). O mencionado acórdão transitou em julgado no dia 27 de abril 2018.

Às fls. 168/228 e 238/308, foram colecionadas cópias do prontuário de atendimento médico de Luisa Alves dos Reis, referente aos anos de 2009 e 2011, respectivamente.

Oferecido o aditamento à denúncia (fls. 310/311), abriu-se vista à defesa, conforme preceitua o artigo 384, §§ 2º e 4º do Código de Processo Penal.

À fl. 328 foi determinada a intimação das partes para que manifestassem se concordam ou não com o aproveitamento das provas já produzidas, ou se pretendiam produzir novas provas antes do final da primeira fase do rito do júri.

As fls. 330 e 330-verso, a defesa e o órgão ministerial concordaram com as provas já produzidas. O assistente de acusação, apesar de intimado via publicação no Diário Oficial, não se manifestou.

O Ministério Público apresentou Alegações Finais por meio de memoriais às fls. 333/337, oportunidade em que pugnou pela pronúncia dos acusados nos exatos moldes da exordial acusatória.

O assistente de acusação, apesar de intimado para apresentar suas alegações finais em forma de memoriais (fl. 350), ficou-se inerte.

A defesa dos acusados, apresentou suas alegações finais por meio de memoriais, às fls. 339/348, oportunidade em que requereu o reconhecimento da nulidade absoluta pela não intimação da acusação para manifestar-se sobre o aproveitamento de provas e, posteriormente, para a apresentação de alegações finais. Caso esse pedido seja acolhido, pede nova vista dos autos. Sendo desacolhido o primeiro pedido, e sendo proferida

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

decisão de pronúncia, a defesa requer a aplicação do Princípio da Consunção entre as condutas típicas do art. 129, § 9º, e do art. 125, ambos do Código Penal. Por fim, requereu o decote da qualificadora do parágrafo § 9º do art. 129 do Código Penal, quanto à acusada Yahne Souza Santos.

É o relatório. DECIDO.

Preliminarmente, incumbe destacar que a defesa dos acusados alegou hipótese de nulidade absoluta, pela não intimação da assistência da acusação para manifestar-se sobre o aproveitamento de provas e para apresentação das alegações finais.

Pois bem, as alegações da defesa não prosperam, pois, ao contrário do que aduz, no dia 19 de outubro de 2018, foi proferido despacho determinando a intimação das partes para manifestarem se concordariam ou não com o aproveitamento das provas produzidas, ou se desejavam produzir novas provas. Conforme consulta ao Sistema de Primeiro Grau deste Tribunal, tal despacho foi extratado e publicado no dia 25 de outubro de 2018, e o assistente da acusação, apesar de intimado, ficou-se inerte.

Outrossim, o assistente de acusação também foi intimado para apresentar suas últimas alegações em forma de memoriais, conforme extratado no dia 15 de janeiro de 2019, e publicado no dia 18 do mesmo mês, mas não o fez em tempo hábil (fl. 350 e 350-verso).

Pelos motivos acima expostos, **deixo de acolher as teses de nulidade aventada pela defesa, bem como o pedido de nova vista dos autos para o oferecimento de alegações complementares.**

Passo agora à análise do mérito. O artigo 413 do Código de Processo Penal diz que o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

Entende o Supremo Tribunal Federal que “*para a decisão de pronúncia, mero juízo de admissibilidade da acusação, basta que o Juiz se convença, dando os motivos de seu convencimento da existência do crime e de indícios de que o réu seja autor*” (RT 553/423). No mesmo sentido: STF RTJ 690/380; TJRS: RJTJERGS 148/63.

Trata-se de decisão interlocutória mista não terminativa proferida pelo juiz singular ao término da primeira fase do rito escalonado do Tribunal do Júri. É decisão interlocutória mista, uma vez que põe fim a uma fase processual, mas não ao processo. Afinal, a pronúncia encerra o *jus accusationis*, também chamado de sumário de culpa ou de juízo de admissibilidade da acusação e dá início ao *judicium causae*. O provimento é não terminativo, por não enfrentar o *meritum causae*, tampouco resolver o feito sem resolução do mérito, tratando-se, em verdade, de verdadeiro filtro hábil a remeter ao Júri Popular aqueles casos em que houver prova da materialidade e indícios de autoria.

Não é necessária a comprovação inequívoca acerca da autoria do delito doloso contra a vida. Destarte, não se exige para a decisão de pronúncia o mesmo juízo de certeza apto a embasar um édito condenatório. Contudo, deve haver uma probabilidade maior que a necessária para o recebimento da exordial acusatória. Confira-se aresto do TJDF:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL E EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. DESPRONÚNCIA E DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE COMPROVADA. INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. CONSELHO DE SENTENÇA. SOBERANIA DE JULGAMENTO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A pronúncia (art. 413) é uma decisão interlocutória mista não terminativa, por meio da qual o juiz, convencido da existência material do fato criminoso e da existência de indícios suficientes de que o acusado foi seu autor ou partícipe, encaminha o processo para julgamento perante o Tribunal do Júri. 2. Em virtude de a decisão de pronúncia encerrar mero juízo de admissibilidade da acusação, desnecessária a certeza jurídica que se exige para uma condenação, atentando-se que, em caso de dúvida, deve o juiz pronunciar o réu, para que não seja subtraída a apreciação da causa do Tribunal do Júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida, competente para realizar o aprofundado exame das provas e acolher aversão que lhe pareça mais verossímil. 3. A absolvição sumária só é admitida quando houver prova de não ser o réu autor ou partícipe do delito, quando não constituir o fato infração penal, ou, ainda, se

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime. 4. A desclassificação somente poderá ocorrer se a acusação por crime doloso for manifestamente inadmissível. O suporte fático, na fase de pronúncia, deve ser detectável de plano e isento de polêmica relevante. Assim, sem que haja prova indubitosa para afastar a materialidade do homicídio qualificado, por ausência de animus necandi, não se mostra lícito retirar a apreciação da causa do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri. 5. Recurso desprovido. (TJ-DF - RSE: 20121310019060, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 16/07/2015, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/07/2015 . Pág.: 57). grifo nosso.

Desta feita, exige-se do julgador um importante exercício de hermenêutica, para não ferir os corolários constitucionais, sobretudo o da soberania dos veredictos e da competência do Tribunal do Povo para o julgamento dos crimes dolosos contra a Vida. Do mesmo modo, deve o juiz agir com prudência, para não encaminhar ao Conselho dos Sete todos os imputados de forma temerária e banal.

Imbuído desse raciocínio sistêmico jurídico e partindo da premissa de que a pronúncia deve ter fundamentação técnica, sob pena de incorrer em eloquência acusatória, passo a analisar o caso *sub examen*.

A materialidade delitiva do crime de lesão corporal resta demonstrada perante a prova técnica que veio carregada aos autos, quais sejam, o Laudo de exame de corpo de delito de fls. 45/46, o qual atesta que a vítima Luísa apresentava escoriações avermelhadas na região fontal mediana próxima ao couro cabeludo, e concluiu que a vítima apresentava lesão corporal recente na região da cabeça. Ainda, conforme os depoimentos testemunhais colhidos em audiência, a vítima teria sido alvo de diversas agressões desferidas por ambos os acusados, inclusive, na barriga da vítima, conforme transcrito abaixo.

Quanto ao crime de aborto provocado sem o consentimento da vítima, previsto no artigo 125 do Código Penal, imputado na exordial acusatória a ambos os denunciados, sua materialidade resta indicada através do exame de ultrassom obstétrica de fl.08, o qual atesta “gravidez tópica, única, de 10 semanas e 5 dias. Associado à óbito embrionário”.

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

No que concerne à materialidade da conduta típica prevista no artigo 147 do Código Penal, imputada à denunciada Yahne de Sousa, resta indicada através dos depoimentos testemunhais colecionados aos autos, e infratranscritos.

No que concerne aos indícios de autoria que pesam contra os denunciados, é possível inferi-los por meio dos elementos probatórios coligidos aos autos, sobretudo, dos depoimentos acostados, conforme verifica-se a seguir:

A vítima, Luíza Sousa Santos, ao ser ouvida perante este juízo, relatou que *“Paulo Henrique de Moura Fernandes foi companheiro da vítima por um bom tempo, eles tem um filho e viveram juntos mais ou menos quatro ou cinco anos. O filho deles tem oito anos hoje. Em 14 de agosto de 2015, vítima e Paulo já estavam separados há aproximadamente um ano, mas se encontravam em razão do filho e tinham recaídas, encontros casuais. Paulo já tinha outro relacionamento, ele já saiu de casa por causa de Yahne. O que gerou esse processo foi que a vítima procurou a Defensoria Pública, entrou com um pedido de alimentos gravídicos de um bebê que estava esperando, o segundo. Estava com 4 meses de gestação, já estava visível, estava fazendo pré-natal na Dona Iris. Paulo sabia, pois foi intimado. A vítima entregou a intimação para o filho e ele entregou para o pai (Paulo). Paulo foi até a casa da vítima e falou ‘Luísa, vamos fazer um aborto’, a vítima disse que era contra, e Paulo disse ‘mas Luísa, como eu vou falar pra minha atual companheira que você está grávida?’. A vítima disse que não sabia, mas um aborto ela não faria. Paulo parou de ir na casa da vítima, o filho que eles tinham junto ele parou de pegar, estava pegando na babá. E pronto, ele estava esperando a audiência de alimentos gravídicos. Daí por diante, a esposa de Paulo, Yahne, começou a fazer ameaças, passando na porta da casa da vítima, ameaçando. Esse fato se deu na casa da vítima, Paulo e a esposa foram na sua casa. A vítima chegou do trabalho e a babá ligou e falou ‘Luísa, o Paulo Henrique hoje não pegou o Rafael como era para pegar.’ Isso era uma sexta-feira. Então Luísa foi buscar seu filho. Quando a vítima chegou em casa tinha uma chamada não atendida, ela retornou e Paulo atendeu. Ai ele falou, ‘Luísa, por que você não deixou o Rafael aqui em casa?’. A vítima disse que não era sua obrigação, mas dever de Paulo, pegar Rafael na babá e ficar com ele sexta, sábado e domingo e devolver ele na escola. Paulo disse ‘sobe aqui e traz ele’. Luísa disse que não subiria pois estava gestante e já era tarde. Ai a companheira dele falou ao fundo algumas coisas ruins, e desligou. Vinte minutos depois estavam na porta da casa de Luísa, batendo no portão. Luísa abriu o portão e perguntou o que Paulo queria, ele disse que teria ido buscar o Rafael. Luísa disse ‘mas você de capacete, sua companheira de capacete e meu filho vai sem capacete? Pede pra sua mãe pegar ele amanhã de manhã. E outra, não quero você na porta da minha casa, eu estou grávida, mereço respeito.’ Ai a esposa dele falou ‘cala a boca, vadia’, e Luísa disse que não estava falando com ela. Então inciou uma discussão, a esposa de Paulo (Yahne) desceu da moto e deu uma capacetada ‘arretada’ em Luísa, e esta perdeu a consciência, quando Luísa viu, recobrou a consciência, Yahne estava em cima de Luísa. Paulo segurou Luísa, e Yahne foi em cima de Luísa. Paulo deu vários murros na cabeça de Luísa. Quando Luísa recobrou a consciência, Yahne estava em cima dela, e Luísa foi para sua defesa, mas Paulo segurou Luísa. A vizinhança chegou depois, duas amigas deles. Na hora que Yahne saiu da porta da casa ela falou para Luísa ‘você mexeu com a mulher errada, vadia, você é uma pessoa morta’. Nessa mesma noite Luísa foi para o Materno Infantil, onde fizeram uma ultrassonografia e constataram que o feto não estava com vida, aí me mandaram para o IML, onde fizeram alguns laudos, e mandaram Luísa de volta para o Materno Infantil, mas não a aceitaram, e a mandaram para o Hospital Dona Iris, onde fizeram a coleta, e Luísa saiu no domingo. Luísa teve uma consulta na segunda-feira anterior ao fato, o bebê estava bem. Depois do fato, o bebê morreu. Depois disso, Paulo e Luísa tiveram um infeliz encontro, pois Luísa chegou em casa e seu filho não estava, esperou Paulo levar na segunda na escola, e ele não levou e Luísa foi buscar seu filho e foi novamente agredida. [...]”*

A testemunha Quésia Luísa Bruno, declarou em juízo, que: *“[...] mora na casa que fica ao lado da casa da Luísa há 33 anos. Ouviu e presenciou a discussão. [...] Estava em casa, ouviu uma*

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

gritaria e saiu para ver o que era. A testemunha conheceu Luísa um dia anterior, [...]. No outro dia, ouviu uma gritaria, era à noite, e chamou sua filha e sobrinha para irem lá. Quando viu, viu que Yahne desceu da moto e deu uma capacetada em Luísa, e começou a agredir ela. Luísa caiu desmaiada. A Yahne já estava pisando na barriga da Luísa, eu só entrei na briga por causa disso. O Paulo Henrique estava agredindo a Luísa, e estava segurando ela. Inclusive, Paulo Henrique lhe disse uma coisa que Quésia nunca esqueceu. Quésia disse 'cara, ela tá grávida, não bate nela não!', aí ele falou 'você não conhece ela não, ela é uma piranha, é uma vagabunda!' Quésia interveio na briga, empurrou a Yahne que estava em cima dela, e o Paulo Henrique foi segurar ela e Quésia disse que ele não iria bater na Luísa. Luísa estava muito ensanguentada, e chorava muita. [...] Na hora Luísa estava passando muito mal [...] Ela perdeu o bebê. Paulo e Yahne sabiam que Luísa estava grávida. Quem começou a agressão foi a Yahne, ela desceu o capacete na cabeça da Luísa. O Paulo Henrique desceu da moto e foi segurar a Luísa pra Yahne bater, foi por esse motivo que Quésia entrou na briga. Depois disso, Quésia já viu várias vezes a Yahne na porta. Direto ela estava passando na rua. O Paulo Henrique foi na casa de Quésia no dia após o fato, e a ameaçou pois ela disse que testemunharia. [...]"

A testemunha Suzanna Luiza Bruna, ao ser ouvida em juízo, relatou

que: "a testemunha estava em casa e sua sobrinha entrou gritando que estavam batendo na vizinha. [...] Eu sai correndo [...] No local estava minha irmã (Quésia) no meio, o Paulo Henrique segurando a Luísa pelas costas e Yahne por trás dando bicuda. Viu a Luísa desmaiada, e Luísa chegou a cair no chão. A Yahne deu umas três bicudas na barriga da Luísa. Todo mundo falou sobre a gravidez Suzana disse 'Yahne, você é doida, a menina está grávida' e Yahne continuou calada [...] A Luísa tinha um corte na testa, provocado por um capacete, que quem bateu foi a Yahne. [...] O vizinho socorreu Luísa. Ela perdeu a criança. O vizinho assim que retornou disse que ela teria perdido o neném e ficou internada. [...] No outro dia de manhã Paulo Henrique foi na casa da Suzane e disse ao seu marido para que ele a mantivesse longe dessa história, e ainda saiu falando que eu tinha que lembrar que tinha uma filha. [...] Quando Luísa foi socorrida, a barriga dela estava ficando toda roxa".

Paulo Henrique de Moura Fernandes, em seu interrogatório negou a prática de lesão corporal, afirmando não ter batida em Luísa, aduziu que "estava no local dos fatos. [...] No dia do ocorrido, o réu não pegou seu filho na babá pois tinha um trabalho na faculdade, e Luísa pegou Rafael, seu filho. Paulo Henrique saiu da faculdade com a Yahne, passou na casa de sua mãe e mandou mensagem para Luísa dizendo que estava descendo para pegar seu filho. Chegando lá, Luísa abriu o portão, o filho saiu, e Luísa disse que Paulo não devia levar a Yahne à sua casa, e começou a xingar. Paulo disse para seu filho pegar a mochila rápido, e ele entrou. Então, Luísa veio para dar um tapa na Yahne e puxou a mochila da Yahne, aí até que Paulo desceu da moto e desligou Yahne e Luísa já estavam no chão. Paulo puxou Yahne e as duas ficaram grudadas pelo cabelo. Enquanto isso, saiu a Suzana e a irmã dela lá fora e Paulo perguntou se elas não iriam ajudar, e elas ajudaram a tirar. Então Paulo pegou seu filho, a Luísa pegou ele e ficou xingando, jogou chinelo, pedra, e Paulo montou na moto e foi embora [...]"

A acusada Yahne de Sousa Santos, ao ser interrogada, também negou a autoria dos delitos a ela imputados na exordial acusatória, por outro lado aduz que: "estava no endereço aduzido na denúncia [...]. A acusada estava na faculdade às dez horas da noite, e foi na casa da sua sogra, porque toda vez ela levava o Rafael. O Paulo Henrique ligou para a Luísa às 10:18, e falou 'cadê o Rafael?' e a Luísa disse que estava em casa' e Paulo falou 'por que você não trouxe ele?' e ela disse que era porque não queria e Paulo disse que estava indo buscar. Yahne e Paulo foram na moto às dez e dezenove. A Luísa já estava lá na porta e na hora que viu Yahne foi pra trás e perguntou à Yahne o que ela estava fazendo lá. E Yahne respondeu que foram pegar o Rafael pois Luísa não o tinha levado, e toda vez eles ficam com ele sexta-feira. Luísa disse que não daria Rafael e que estava grávida. Então Yahne disse que não queria saber se Luísa estava grávida, e disse que pegariam o Rafael, e perguntou por quê Luísa estava fazendo isso com ela. E Luísa disse para tirarem Yahne de lá. Yahne disse para Paulo resolver e irem embora pois a situação estava muito constrangedora. [...] Luísa começou a discutir [...]. Luísa começou a empurrar Yahne na moto, ela teve que descer da moto para não cair, tirou o capacete e colocou na mão, tava com a mochila pesada nas costas e passou para a outra calçada. Então Luísa veio e pulou em cima de

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

Yahne, que caiu com os dois joelhos no chão, com tudo. E Yahne sentou em cima da barriga de Luísa com tudo, porque estava tudo pesado, não deu para segurar ela. [...] Foi muito rápido. [...] Yahne gritou socorro, 'segura essa louca', aí o Paulo Henrique desceu da moto e as mulheres foram socorrer. Elas falaram que Luísa desmaiou, mas ela estava o tempo todo ativa. A Quésia e outra mulher pegou a Luísa afastou, e o PAULO Henrique pegou Yahne pelas costas porque ela estava em cima da Luísa.[...]"

A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nesta fase processual, resolvem-se a favor da sociedade, conforme mandamento do artigo 413, do Código de Processo Penal.

No presente caso, verifico, por meio das provas coligidas aos autos, a presença dos requisitos necessários para a prolação da decisão intermediária de pronúncia, uma vez que a materialidade dos crimes imputados aos denunciados encontra-se demonstrada conforme acima aduzido, e que existem indícios de autoria que pesam contra eles.

Face aos indícios já aduzidos, as teses de negativa de autoria dos acusados, por conseguinte, não se encontram estremes de dúvidas, devendo ser submetidas ao crivo dos jurados, sob pena de usurpação da competência constitucionalmente fixada.

Assim sendo, caberá ao Conselho de Sentença dirimir as dúvidas e contradições nos autos, avaliando se os acusados são inocentes ou culpados.

Quanto ao pedido de aplicação do Princípio da Consunção, temos que, conforme ensinamento do professor Cezar Roberto Bitencourt, tal princípio deve ser aplicado quando a norma definidora de um crime constitui meio necessário ou etapa de preparação ou execução de outro crime. Na relação de consunção, os fatos não se apresentam em relação de gênero e espécie, mas de continente e conteúdo.

No caso em questão, embora a hipótese do crime de aborto possivelmente tenha ocorrido em razão das lesões corporais sofridas pela vítima e efetuadas pelos acusados

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

na região do abdômen, as lesões não se restringiram a esta conduta, visto que, como indicam os depoimentos testemunhais, a vítima também teria sido atingida em outras partes do corpo, inclusive, na cabeça, conforme atesta o Laudo de Exame de corpo de delito de fls. 45/46. Desse modo, desacolho o pedido de aplicação do Princípio da Consunção, prevalecendo o cenário do concurso material de crimes.

Pois bem, no que concerne à acusada Yahne de Sousa Santos, em análise às provas coligidas aos autos, verifico que não subsiste entre ela e a vítima, nenhuma relação de parentesco, convivência, relação doméstica, coabitação ou hospitalidade, não preenchendo, assim, a hipótese descrita no § 9º do artigo 129 do Código Penal.

Destaque-se que a vítima e a acusada, conforme ficou demonstrado, não eram próximas e não mantinham nenhum vínculo ou convívio social, inclusive, nos depoimentos da vítima, Luísa, e também da acusada, restou indicado que Paulo, buscava seu filho e de Luísa, Rafael, na casa da babá e o entregava na escola, evitando, ao máximo, qualquer contato com sua ex-companheira. Pelos motivos expostos, pertinente é a retirada do § 9º, perfazendo-se somente a conduta típica descrita no artigo 129 do Código Penal.

Por fim, ressalto, ainda, que o princípio imperativo de Direito Penal nesta fase do processo é reverter qualquer dúvida em prol do direito social, mesmo que em detrimento do direito individual.

Pelo exposto, com fulcro no artigo 413 do Código de Processo Penal, com alteração da Lei 11.689/08, **PRONUNCIO** os acusados **PAULO HENRIQUE DE MOURA FERNANDES**, como incurso nas sanções do artigo 129, §9º, e do artigo 125, ambos do Código Penal; e **YAHNE DE SOUSA SANTOS**, como incurso nas sanções dos artigos 129, *caput*, 125 e 147, todos do Código Penal, os quais deverão ser submetidos a julgamento pelo Júri Popular.

Tendo em vista que os réus vêm respondendo aos chamamento judiciais

JESSEIR COELHO DE ALCANTARAJuiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia

regularmente e possuem endereço residencial acostado aos autos, deixo de decretar a prisão preventiva, devendo eles aguardarem o julgamento em liberdade.

Defiro os requerimentos do órgão ministerial, realizados à fl. 330.

Expeça-se ofício ao Instituto Médico Legal requisitando a remessa do Laudo de Exame de Corpo de Delito da vítima, referente ao atendimento prestado a ela em agosto de 2015, no prazo de 05 (cinco) dias.

Expeça-se ofício ao Hospital e Maternidade Dona íris requisitando, com urgência, o envio do prontuário médico da vítima, atendida naquele Hospital no mês de agosto 2015, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena das cominações legais.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Goiânia, 29 de janeiro de 2019.

JESSEIR COELHO DE ALCANTARA

Juiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri

SVO

JESSEIR COELHO DE ALCANTARA

Juiz de Direito da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
Protocolo nº: 201503148089